

A “revolução” não será comemorada: horizonte de expectativa e as políticas de memória da grande imprensa brasileira frente ao contexto dos 50 anos do golpe.¹

André Bonsanto DIAS²

Resumo: Na tentativa de delinear e compreender uma espécie de prelúdio das comemorações dos 50 anos do golpe civil-militar, realizadas ao longo do último mês de março de 2014, este estudo busca situar a imprensa em um contexto sob o qual Koselleck (2006) definiria como um “horizonte de expectativa”. Desta forma, pretende-se diagnosticar em que sentido alguns setores da grande imprensa de nosso país estariam por se utilizar de políticas de memória particulares frente ao período de forma a efetivar “usos” do passado que caminhem paralelamente a uma nova configuração de suas identidades no presente.

Palavras-chave: memória; imprensa; ditadura; 50 anos do golpe.

La “revolución” no será celebrada: horizonte de expectativa y las políticas de memoria de la gran prensa brasileña

¹ Versão revista do texto apresentado no seminário “1964-2014: um olhar crítico, para não esquecer”, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais entre 18 e 20 de março de 2014.

² Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2012). Graduado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda (2007) e em História (2008) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. E-mail: andrebonsanto@hotmail.com

frente al contexto de los 50 años del golpe.

Resumen: En un intento de delinear y comprender una especie de preludio a las celebraciones de los 50 años del golpe cívico-militar, llevadas a cabo durante el pasado mes de Marzo de 2014, este estudio trata de situar a la prensa en un contexto bajo el cual Koselleck (2006) definiría como un “horizonte de expectativa”. De este modo, se pretende diagnosticar en qué sentido algunos sectores de los grandes medios de comunicación de nuestro país irían a utilizar políticas de memoria particulares frente al período, de forma a efectivizar “usos” del pasado que caminen paralelamente a una nueva configuración de sus identidades en el presente.

Palabras clave: memoria; prensa; dictadura; 50 ° aniversario del golpe de Estado.

O papel da memória e de como o passado nos chega ao presente é questão extremamente crucial para pensarmos como as práticas comunicacionais se inserem na sempre conturbada relação que envolve discursos e temporalidades. Somos contemporâneos de uma fase em que impera uma suposta “cultura da memória” (HUYSSEN, 2000). Sintoma evidente de um caráter político intrínseco às práticas e processos comunicacionais que ganham contornos mais claros neste momento atual. A intensificação desta problemática na sociedade contemporânea se deve ao fato de que, cada vez mais, há uma grande potencialização de discussão pública e política referente à questão do lembrar que é perpassado pelo campo midiático. Nesses embates pela legitimação da memória e do esquecimento as mídias ocupam lugar fundamental e privilegiado, sendo um dos principais agentes que conferem “memorabilidade” aos fatos. O presente, como discurso máximo do jornalismo, nunca esteve tão repleto de sentidos passados.

Presenciou-se recentemente, com a repercussão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e as efemérides dos 50 anos do golpe militar no Brasil, as rememorações chegando ao limite da exaustão. Praticamente todos os grandes órgãos de imprensa editaram edições especiais referentes ao golpe e a ditadura. Pauta, obviamente, alavancada pelos inúmeros debates em universidades, passeatas e manifestações públicas, programas de televisão, documentários, lançamentos de livros que recolocaram à cena pública discussões que já haviam ganhado força latente em nossa sociedade nos

últimos anos. Como bem observou Marly Motta (2014), 1964 nunca esteve tão próximo a nós. Bem mais perto agora, cinquenta anos depois, do que em 1974, por exemplo, na época da primeira comemoração “redonda” do golpe. Evidenciando que, perpassando a questão do distanciamento temporal, o fundamental legitimador das questões de memória são suas articulações políticas no e para o presente.

Partindo dos conceitos de Koselleck (2006) e suas reflexões sobre a “semântica dos tempos históricos” o que este estudo pretende analisar é, em uma espécie de prelúdio às comemorações do golpe, como a grande imprensa escrita de nosso país³ acabou por instaurar certo “horizonte de expectativa” frente às efemérides. A forma como estas empresas vêm se utilizando do passado para legitimar acontecimentos no presente são, infere-se aqui, pensados a partir de estratégias que, muitas vezes, podem acarretar em certo “abuso” e “manipulação” da memória (Ricoeur, 2007) visando estritamente a objetivos atuais e particulares. A questão será problematizar de que forma o passado vem sendo utilizado nos textos da imprensa em um embate em que muitas vezes se confundem memória e opinião. A forma como a legitimação da Comissão Nacional da Verdade e as comemorações do golpe de 1964 serão inscritas na imprensa vão ser fundamentais para entender como determinada forma de passado será (ou gostaria de ser) entendida e interpretada pela sociedade. Aqui percorreremos um caminho inicial, delineando alguns horizontes que nos surgem ainda como interrogações, como veremos.

As batalhas de memória sobre o regime militar: uma memória “liberal”?

Apesar de ambígua e extremamente conflituosa, fica cada vez mais evidente como vem se articulando os espaços por negociação de uma “verdade” histórica referente ao período da ditadura militar em nosso país. Se, em um primeiro momento, optou-se pelo esquecimento sobre aqueles anos, o que vemos hoje é algo como, inversamente, uma espécie de “dever” de lembrança como política de memória. Hoje, a distância parece confortar, permitindo olhar o passado sob outras perspectivas.

Em um momento de constante revisão política de nosso passado - impulsionado pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade -, ninguém mais se sente, aparentemente, confortável em defender uma situação

³ Vale pontuar que aqui nos referimos como “grande imprensa escrita” àqueles jornais diários impressos que, em tese, são de abrangência nacional e que, principalmente, perduram desde os tempos da ditadura militar, atuando tanto hoje como naquele período com relativo protagonismo.

já não mais hegemônica em nossas políticas de memória. Este fato é problematizado há um bom tempo pela historiografia, mas, segundo o historiador Daniel Aarão Reis (2004), uma “orientação de hostilidade à ditadura” se torna hegemônica apenas com as comemorações dos 30 anos do golpe militar, em fins do século passado. Os vencidos de então foram celebrados, condenando os poderosos que comandavam o país pelos crimes e torturas e revelando uma arquitetura praticamente simplificada da memória coletiva. A ditadura é então agora vista como um “tempo das trevas”, um “fantasma do passado”. “Os militares, estigmatizados *gorilas*, culpados únicos pela ignomínia do arbítrio. A ditadura, quem apoiou? Muito poucos, raríssimos, nela se reconhecem ou com ela desejam ainda se identificar. Ao contrário, como se viu, todos *resistiram*.” (AARÃO REIS, 2004, p. 50).

Esta versão, um pouco simplificada dos acontecimentos do passado é, para o historiador, uma “incômoda” memória que serviu, inclusive, como alibi para muitos atores que passaram a compactuar desta conjuntura e, sob uma espécie de apagamento dos rastros do passado, afirmá-la no presente. Assim, como ocorre em muitos casos envolvendo histórias ditas “traumáticas”, empreende-se uma alternativa de demonizar a ditadura, celebrando incondicionalmente os valores democráticos. A ditadura apareceria como uma força estranha e externa, como uma “chapa de metal pesado”, sufocando idéias e atitudes daqueles que aspiravam liberdade. Escolheu-se desta forma outro caminho, “mais tranqüilo e seguro, avaliado politicamente mais eficaz, o de valorizar versões memoriais apaziguadoras onde todos possam encontrar um lugar.” (AARÃO REIS, 2014, p. 7)

Interpretações do passado que se tornam hegemônicas principalmente nos discursos memorialistas e nas opiniões da grande imprensa. Em suma, estas lembranças acabam por suprimir aquelas não sintonizadas com a ideia do “apaziguamento” ou “reconciliação” e que, em certo sentido, buscam necessariamente um esquecimento pelo viés simplificador da memória. Uma memória que, compactuando com as problematizações de Marcos Napolitano (2014), poderia ser denominada de memória “liberal”. Aquela que tende a privilegiar a estabilidade institucional, criticando posições mais radicais. Aquela que condena o regime, mas relativiza o golpe; que é porta-voz de um discurso de baluarte da democracia e de repúdio à ditadura. É uma memória que condena os excessos, de ambos os lados, contrária à punição dos agentes que cometeram crimes na ditadura e à revisão da Lei da Anistia – o dito “revanchismo” -, para nos atermos a alguns exemplos mais práticos.

Mas a busca de reconciliação pela memória “liberal” não se daria mais a partir do esquecimento. Pelo contrário, é preciso que se lembre. Que se lembre para que não mais aconteça. Para que, enfim, os erros do passado possam ser apreendidos e aprendidos por uma lembrança daquele sombrio regime ditatorial. É preciso que, na balança conciliatória da memória, a lembrança se dê por uma política que exuma o peso dos rastros conflituosos. No entanto, por mais que estas memórias sejam hegemônicas, existe uma série de outras, subterrâneas, que caminham à margem, clamando por legitimação. Vide, por exemplo, as diversas manifestações desencadeadas em decorrência das efemérides dos 50 anos do golpe, muitas favoráveis a uma nova intervenção militar, que chegou inclusive a desenterrar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, notória manifestação conservadora em 1964. A própria imprensa, em geral, cede espaço para articulistas que defendem este viés de interpretação do passado, apesar de que, em muitos casos, são contundentemente criticados e até ridicularizados, como que portadores de uma espécie de memória anacrônica e desvirtuada.⁴

Há, no entanto, lutas nesta arena da memória e a imprensa não passa ileso às críticas enquanto detentora de uma suposta memória “liberal”. Ao mesmo tempo em que entra em disputa a busca por uma “verdade” histórica, é preciso considerar que este passado é muitas vezes rememorado de forma seletiva, visando, sobretudo, um caráter conciliador da memória pautado em objetivos particulares. Essas críticas são geralmente partilhadas por agentes da mídia alternativa, historiadores e pesquisadores que, em vários momentos, ganham espaço na própria grande imprensa para articular suas opiniões, muitas vezes conflituosas entre si. Este constante embate de memórias conturba o processo de reconfiguração do passado, uma vez que amplia a complexidade do processo de apaziguamento dos rastros memoriais, refutando um pouco a tese, muito difundida hoje pelos grandes órgãos de imprensa, - apesar da *mea culpa* já assumida por alguns deles, como veremos adiante, - ao assumirem-se como grandes protagonistas da resistência e da democracia em um período de trevas em que, quando não agiam, era porque nada poderia ser feito para enfrentar as garras de um regime truculento e opressor.⁵ Versão atual-

4 A volta da Marcha da Família foi amplamente divulgada pela imprensa, muitas vezes de forma irônica, como na coluna “Marcha a ré” de Ruy Castro, publicada na *Folha* em 19 de março de 2014. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/colunas/ruycastro/2014/03/1427499-marcha-a-re.shtml Acesso em: 3 de abril de 2014.

5 Ver, por exemplo, entrevista recente de Carlos Heitor Cony à revista *Veja*: “Tem muita mistificação. Muita gente que ficou dentro do armário, debaixo da cama, e hoje é vendida na televisão como herói da

mente refutada de forma contundente como podemos observar, por exemplo, no recente livro publicado pelo jornalista e professor da PUC-RS Juremir Machado da Silva. Sua obra “1964: o golpe midiático-civil-militar” é enfática em denunciar o apoio de praticamente toda grande imprensa à deflagração do golpe que depôs Goulart e que, posteriormente, atuou em um sutil e bem articulado trabalho de apagamento dos rastros do colaboracionismo:

O conservadorismo e o golpismo estão no DNA da mídia brasileira. Sempre disfarçados de radical defesa da Constituição, da legalidade e da democracia. Depois do estrago feito, os jornalistas sempre encontraram um jeito de saltar do barco, de inverter o jogo e de reassumir os bons papéis. Na hora do aperto, a leviandade serve de álibi e de provocação. [...] Alguns arrependimentos viriam logo e serviriam depois para narrativas de autoglorificação. Outros, contudo, jamais lamentariam. Ninguém, que se saiba, pediu desculpas. Apostaram no esquecimento. Afinal, o jornal de ontem só serve para enrolar peixe. O tempo de desencavar o passado, no entanto, acaba por chegar desenterrando equívocos e expondo vísceras ideológicas. (SILVA, 2014, p. 54-55)

Em um campo mais estritamente político temos o notório caso do grupo “A verdade sufocada”⁶, que busca refutar a hegemonia das ditas memórias de esquerda e da versão “imposta” pelos meios de comunicação social, principalmente agora, em tempos de Comissão Nacional da Verdade. O site em questão tem como um dos objetivos divulgar a obra intitulada “A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça” (2006). Em sua nona edição o livro, escrito pelo coronel reformado do Exército brasileiro Carlos Alberto Brilhante Ustra, se coloca como uma resposta ao projeto do governo “Memórias Reveladas”⁷ e ao livro “Direito

resistência. Não houve essa resistência toda, pelo contrário. A turma toda aceitou o golpe ou ficou em cima do muro.” Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/meus-livros/entrevista/muita-gente-ficou-dentro-do-armario-e-hoje-e-vendida-como-heroi-da-resistencia-diz-carlos-heitor-cony/> Acesso em: 1 de abril de 2014.

6 www.averdadesufocada.com

7 www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br

à Memória e à Verdade” (2007), publicado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República do governo Lula, que impulsionou consideravelmente o acesso aos arquivos secretos da ditadura. A sinopse de “A verdade sufocada” deixa claro como estão postos os embates entre memórias que aqui estamos procurando problematizar:

A obra desfaz mitos, farsas e mentiras divulgadas pelos derrotados para manipular a opinião pública e para desacreditar e desmoralizar aqueles que os venceram. [...] Realmente é uma história que muitos não querem que o Brasil conheça. É verdade que alguns setores não querem difundir-la. Ainda continuam tentando sufocá-la. Poucas livrarias se dispuseram a vender o livro. Algumas vendem, mas não o expõem nas vitrines. É um livro que incomoda, porque traz à luz a verdadeira história dos “heróis” cultuados hoje, de seus atos terroristas, de seus crimes e das organizações a que pertenciam.⁸

Desta forma, defendemos aqui a posição de que a memória é relacionada sempre a partir de um contexto, de um presente particular onde, dialogicamente, disputam estratégias e negociam-se sentidos. Para o sociólogo Nilson Alves de Moraes (2005), toda memória social se articula na perspectiva de uma disputa “em que algumas idéias, estratégias e sentidos são permitidos, enquanto outros são omitidos, silenciados, ocultos ou manipulados.” (MORAES, 2005, p. 96). Assim, a memória se constitui como poder e luta pela imposição de determinada hegemonia. Já sua eficácia, depende das formas, usos e apropriações de controle da memória social, papel desempenhado hoje com grande protagonismo por nossas mídias. Pois, como afirma o pesquisador Roger Silverstone (2002), a memória é um objeto “para ser fixado e investigado, desafiado e analisado”, é um lugar de lutas “amargas” em que em um passado pretende “ser reivindicado para o presente e o presente ser reivindicado para o futuro. Mas que passado, e de quem?” (SILVERSTONE, 2002, p. 231)

A imprensa e sua “liberal” política de memória: entre lembranças e esquecimentos.

É sob este panorama crítico dos embates pela legitimação das memórias que a imprensa se posiciona neste momento. Podemos pontuar aqui a título de exemplificação dois editoriais publicados no momento de implementação da Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2012 e que evidenciam de forma clara o caráter “liberal” assumido por dois dos principais órgãos da grande imprensa de nosso país. Em 16 de maio, editorial da *Folha de S. Paulo* pede “mais luz” afirmando que a Comissão, ao buscar analisar os crimes cometidos pelo Estado precisa “transcender debate viciado sobre revanchismo e reforçar o valor dos fatos contra toda forma de obscurantismo.”⁹ O editorial mostra-se cético ao afirmar que, antes mesmo de empossada, a Comissão já estava envolta em polêmicas, o que atestava a “impropriedade” de seu nome. De acordo com o jornal, não será possível excluir da análise os casos de crimes cometidos pelas esquerdas, que lutando contra o regime, vitimaram inocentes. Ao final, afirmava: “duvidoso que a comissão consiga produzir grandes revelações. No quarto de século transcorrido, muita documentação já veio à luz, e o que não veio pode estar perdido.”¹⁰

Já *O Globo*, em editorial publicado no mesmo dia, é mais enfático quanto suas proposições ao discernir sobre “o que se espera da Comissão Nacional da Verdade.” Para o jornal, a proposta da Comissão, em si, já é um grande avanço parra um regime democrático aperfeiçoar suas idéias, mas que, salvo observação, esta não se dê sobre uma visão revanchista, que segundo a empresa, vem contaminando a proposta por alguns órgãos do governo. Mas, de acordo com o editorial, este não seria problema maior, uma vez que o revanchismo jamais teve validade jurídica. Defendido pela Lei da Anistia de 1979 e, mais recentemente, respaldado pela decisão do Supremo Tribunal Federal, “a questão da punição deixou, de uma vez por todas, de fazer sentido.”¹¹

É este o teor sob o qual se posiciona parte considerável da grande imprensa de nosso país, ao carregar e propagar um forte caráter “liberal” das memórias: contrária à ditadura, mas ao mesmo tempo contra todas as formas de radicalizações e revanchismos que poderiam desvirtuar-se no presente. A Comissão, sintoma da maturidade política de nosso país deverá, segundo os jornais, ser feita então sem violência e na base da le-

⁸Disponível em: www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=5&Itemid=6 Acesso em 04 Abril 2014.

⁹ MAIS LUZ. *Folha de S. Paulo*, ano 92, n° 30.359, p. A2, 16 de maio de 2012.

¹⁰ Idem.

¹¹ O QUE SE ESPERA da Comissão da Verdade. *O Globo*, ano LXXXVII, n° 28.772, p. 6, 16 de maio de 2012.

galidade.¹² Discurso muito próximo, vale lembrar, assumido por estes mesmos órgãos na defesa dos preceitos “democráticos” em março de 1964. É preciso investigar, portanto, como esse passado nos chega ao presente e sob quais conjunturas. O forte teor celebrativo do passado, presenciado nos últimos anos com a proximidade das efemérides máximas dos 50 anos do golpe caminha, coincidentemente, a políticas particulares de construção de identidades históricas em alguns órgãos de nossa imprensa. Se nos atermos no caso da grande imprensa escrita, foco de nossa discussão, podemos situar como marco o exemplo pioneiro e aparentemente trivial da *Folha de S. Paulo* que, ao completar 90 anos, em 2011, digitalizou todo seu acervo para consulta¹³. *O Estado de S. Paulo*¹⁴, em maio de 2012 e *O Globo*, em 2013, também se utilizaram da mesma política¹⁵.

Acredita-se que estas ações, além de realizar um mero trabalho memorialístico, tem o evidente interesse de construir uma história particular para os referidos periódicos, com objetivos estritamente político-identitários levando em conta as situações atuais. Com a proximidade das “comemorações” dos 50 anos do golpe civil-militar no Brasil e as investigações da Comissão Nacional da Verdade há, supõe-se aqui, a articulação de uma política de memória clara desses jornais, buscando um desvenilhamento de seu passado político de apoio ao regime militar. A disponibilização – por parte das próprias empresas - de toda sua trajetória em um simples clique, para qualquer leitor interessado, evidencia que suas histórias e identidades podem ser postas à prova a qualquer momento e já não é mais possível uma tática de apagamento dos rastros deste passado. A preocupação agora é de uma apropriação seletiva destas lembranças, visando objetivos atuais e particulares.

Derrida (2001), em suas “impressões freudianas” sobre os arquivos acredita que, enquanto impressão e local de estocagem e conservação os arquivos não atuam apenas como um conteúdo “arquivável” do passado, mas também como penhores do futuro. “O arquivamento tanto produz quanto registra o evento. É também nossa experiência política dos meios chamados

de informação.” (DERRIDA, 2001, p. 29). Portanto, a implementação e utilização de um arquivo surge enquanto uma experiência bastante peculiar de “promessa” de futuro. “Trata-se do futuro, a própria questão do futuro, a questão de uma resposta, de uma promessa e de uma responsabilidade para amanhã. O arquivo, se queremos saber o que isto teria querido dizer, nós só o saberemos num tempo por vir.” (DERRIDA, 2001, p. 50-51)

Assim, a forma como estas empresas midiáticas vêm articulando sua relação com o passado ganha outros contornos, pautados sob demandas conjunturais. Na *Folha*, o caso da *ditabranda*, polêmico editorial publicado pelo jornal em 2009 e que repercute – negativamente - até hoje, gerou uma série de manifestações a respeito dos usos políticos do passado na imprensa e de como este processo de uso e apropriação da memória coletiva caminha intrínseca e ambigualmente relacionado à construção da identidade de seus discursos.¹⁶ No *Estado de S. Paulo*, a morte de Ruy Mesquita, então diretor da empresa, em maio de 2013, evidenciou, em vários textos, um exacerbado discurso de autodefesa pelos princípios da “liberdade democrática” de cunho fortemente político.¹⁷ E mais recentemente presenciou-se o caso emblemático de *O Globo* que, em uma atitude até então inédita na grande imprensa de nosso país, procurou efetivar uma autocritica em relação ao seu apoio ao golpe militar de 1964.

O editorial de *O Globo*, publicado em 31 de agosto de 2013, afirma que esta autocritica surge de uma ampla e antiga discussão interna da empresa. Discussão que foi impulsionada e veio à tona devido ao “clamor das ruas” das recentes manifestações populares de junho de 2013. Momento oportuno, declarou o jornal, para evidenciar seu “incondicional e perene apego aos valores democráticos”. O texto afirmava que a lembrança de apoio ao golpe fora sempre um “incômodo” para o jornal, mas agora, fazendo parte da “história”, não havia mais como refutá-la e, ao final, justifica-se:

Contextos históricos são necessários na análise do posicionamento de pessoas e instituições, mais ainda em rupturas ins-

12 Em editorial recente, *O Globo* posicionou-se mais uma vez de forma contrária à revisão da Lei de Anistia ao afirmar que esta tem “legitimidade política e histórica”. Para o jornal, a discussão a respeito de sua revogação “não se sustenta, mas que, infelizmente, ainda alimenta tentativas de uma revisão tão impossível quanto indesejada. [...] E é indesejada porque o Brasil hoje é uma nação pacificada, em plena democracia.” (ANISTIA tem legitimidade política e histórica. *O Globo*, ano LXXXIX, n.º 29.45, p. 16, 2 de abril de 2014.

13 <http://acervo.folha.com.br/>

14 <http://acervo.estadao.com.br/>

15 <http://acervo.oglobo.globo.com/>

16 Para uma análise a respeito das “políticas de memória” utilizadas pela *Folha* ao longo da história e suas repercussões no caso da *ditabranda*, consultar Dias (2014).

17 Vale uma consulta à edição impressa de 22 de maio de 2013, onde o jornal publicou um caderno especial contendo diversas matérias e artigos, vários de forte tom memorialístico, lembrando qualidades ímpares do ex-dirigente: “Dois irmãos contra a mordada da ditadura.”; “Um liberal e democrata.”; “Um resistente.”; “Um combatente da liberdade de imprensa.” são alguns dos títulos que estampam as matérias, que nos evidenciam bem o caráter das lembranças, típicos destas edições celebrativas.

titucionais. A História não é apenas uma descrição de fatos, que se sucedem uns aos outros. Ela é o mais poderoso instrumento de que o homem dispõe para seguir com segurança rumo ao futuro: aprende-se com os erros cometidos e se enriquece ao reconhecê-los. Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma.¹⁸

Esse recente caso ainda repercute amplamente, sendo constantemente reutilizado pela empresa ao longo das efemérides para reafirmar seu apego aos ideais democráticos. Em tempos de Comissão da Verdade, fóruns, blogs e publicações alternativas discutem estarrecidos a atitude da empresa e as intrínsecas relações da imprensa com a ditadura militar. Uma nota do Clube Militar chegou a causar grande repercussão, ao acusar o jornal e sua “mudança de posição drástica”: “Equívoco, uma oval Trata-se de revisionismo, adesismo e covardia do último grande jornal carioca.”¹⁹ Na *Folha*, único jornal entre os grandes que possui um ombudsman ativo, Suzana Singer, responsável pela sessão, chegou a afirmar que este fora um caso em que, pela primeira vez se viu “tamanho ato de contrição na imprensa brasileira. Trata-se do principal conglomerado de mídia assumindo um erro editorial - não de informação- sobre um momento decisivo da história recente do país.”²⁰ Atitude que, segundo a jornalista,

18 APOIO EDITORIAL ao golpe de 64 foi um erro. *O Globo*. 31 de agosto de 2013. Disponível em: www.oglobo.globo.com/pais/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604 Acesso em 10 set 2013.

19 NOSSA OPINIÃO – equívoco, uma ova! Disponível em: <http://clubemilitar.com.br/nossa-opinio-ao-equivoco-uma-ova/> Acesso em 10 set 2013.

20 SINGER, Suzana. Fantasmas do passado. *Folha de S. Paulo*. 08 de setembro de 2013. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsman/127978-fantasmas-do-passado.shtml Acesso em 10 set 2013.

a própria *Folha* “o jornal mais aberto a críticas” não tivera a coragem de assumir, mesmo durante as polêmicas envolvendo a *ditrabranda*, em 2009. Se há interesses ou não, em virtude das vésperas dos 50 anos do golpe, este ato de “estrondosa mea-culpa” é um importante passo a caminho da transparência, acredita a jornalista: “Quem sabe “o futuro já começou”, como diz o slogan de fim de ano da emissora.”²¹

O horizonte de expectativa da imprensa frente às efemérides dos 50 anos: considerações preliminares.

Objetivando uma apropriação sutil das conceituações do historiador Reinhart Koselleck (2006), podemos aferir que a empresa utilizou-se de certo prognóstico para orientar-se frente a um futuro que estaria evidentemente se descortinando. A “difícil arte do cálculo político”, segundo o historiador, implica sempre em um diagnóstico que inscreve o passado no futuro que, por sua vez, associa-se a determinada situação política. Desta forma, “fazer um prognóstico já significava alterar uma determinada situação. O prognóstico é um momento consciente de ação política. Ele está relacionado a eventos cujo ineditismo ele próprio libera. O tempo passa a derivar, então, do próprio prognóstico.” (KOSSELLECK, 2006, p. 32)

Um prognóstico só pode ser inferido a partir daquilo que Koselleck (2006) denomina de “espaço de experiência” – o passado “atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (p. 309) - e um “horizonte de expectativa” – que se “realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto.” (p. 310) Desta forma, prognósticos estão relacionados diretamente ao presente, onde se entrelaçam relações de ação concreta entre passado e futuro.

o que se espera para o futuro está claramente limitado de uma forma diferente do que o que foi experimentado no pas-

21 Idem. Vale ressaltar que no último dia 30 de março a *Folha* também assumiu publicamente, pela primeira vez, seu erro em editorial. O texto, mantendo o caráter “liberal” sob o qual já problematizamos, afirmava: “O regime militar (1964-1985) tem sido alvo de merecido e generalizado repúdio. [...] às vezes se cobra, desta Folha, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornado-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro. Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais.” (1964. *Folha de S. Paulo*, ano 94, nº 31.042, p. A2, 30 de março de 2014)

sado. As expectativas podem ser revistas, as experiências feitas são recolhidas. Das experiências se pode esperar hoje que elas se repitam e sejam confirmadas no futuro. Mas uma expectativa não pode ser experimentada de igual forma. É claro que nossa expectativa do futuro, quer seja portadora de esperança ou de angústia, quer preveja ou planeje, pode refletir-se na consciência. Nesse sentido, a expectativa também pode ser objeto de experiência. Mas nem as situações nem os encadeamentos das ações visadas pela expectativa podem também ser desde já objeto da experiência. O que distingue a experiência é o haver elaborado acontecimentos passados, é o poder torná-los presentes, o estar saturada de realidade, o incluir em seu próprio comportamento as possibilidades realizadas ou falhas. (KOSELLECK, 2006, p. 311-312)

São as experiências que orientam os prognósticos, mas estes também são determinados pela necessidade de se esperar algo. “Voltada para um campo de ação mais amplo ou mais estreito, a previsão libera expectativas, a que se misturam também temor ou esperanças.” (KOSELLECK, 2006, p. 313) É pensando justamente nesta confluência temporal dos prognósticos que, acredita-se aqui, políticas de memória estão sendo articuladas. A ação revisionista de *O Globo*, decorrente de um amplo projeto de resgate e preservação de sua história foi, antes de tudo, uma tentativa particular de construção identitária que visa, a partir da resignificação da memória, afirmar seus valores em um presente particular. Estas questões evidenciam como são constituídos, politicamente, os embates comunicacionais a respeito da legitimação de uma “verdade” sobre o passado por parte destas empresas. O que estes grupos almejam é elaborar um discurso hoje aceito como “verdadeiro”, impedindo outras “verdades” de emergir, em um constante jogo de disputas e negociação de sentido. Pois, como afirma Silverstone, (2002, p. 235) a pretensão da memória na mídia é a da “retórica da verdade”: “Lembrar. Definir o passado. Foi assim. Imaginem.”

As políticas implementadas pela Comissão Nacional da Verdade vêm colocando à cena pública inúmeras discussões revisionistas sobre período da ditadu-

ra, ganhando outros contornos em nosso presente. A imprensa, obviamente, possui um papel importante na ampliação deste debate, uma vez que ao noticiá-los e discuti-los auxilia no processo de consolidação dessas lembranças. Muitas vezes, a imprensa assume-se com certo grau de protagonismo, divulgando documentos inéditos e novas interpretações – como nos casos do ex-deputado Rubens Paiva e do atentado ao Riocentro, por exemplo. Mas todo jogo de memória, como bem destacamos, é ambíguo, complexo e conflituoso. Por mais que a imprensa carregue consigo esta memória “liberal”, uma memória apaziguadora e baseada na dita legalidade democrática, as mídias trabalham concomitantemente com a memória e a opinião (LABOIRE, 2009), que muitas vezes se manifesta de forma contrária aos jogos do passado no presente.

Através da rememoração e dos usos do passado no presente, a mídia noticiosa acaba por transmitir representações particulares sobre o passado e, desta forma, acaba por intervir na fabricação da opinião sobre determinado tema. Para o historiador Pierre Laborie (2009), o problema maior se dá quando a opinião acaba por se apropriar da memória, transformando opinião em uma verdade sobre o passado, muitas vezes tida como verdade única e irrefutável. O processo de midiaticização da memória aumenta seu poder de recepção e influência, mas também “transforma sua natureza fazendo da verdade sobre o passado uma questão de opinião [...] O que era uma narrativa, uma representação ou um ponto de vista sobre o passado torna-se a história desse passado (LABOIRE, 2009, p. 92). Como portadora de uma opinião em particular e construtora de memórias, a imprensa deveria estar atenta a estas ambíguas relações. Até que ponto os textos propagados por esses jornais estão confundindo memória e opinião? Há a busca por uma verdade histórica sobre este passado? Como vimos, neste embate sempre conflituoso de legitimação das memórias da ditadura, vários pontos de vista buscam, a partir de suas lembranças, uma “verdade” sobre os fatos do passado. Esta questão é crucial para se pensar a problemática política da memória coletiva em um contexto comunicacional.

O objetivo desse texto não foi analisar as efemérides em si. Procurou-se apenas delinear um horizonte, elucidar expectativas para análises futuras. É pensando estas questões, aqui problematizadas de forma breve, que se buscará, em análises posteriores, perceber como os acontecimentos referentes ao passado da ditadura militar no Brasil serão lembrados, noticiados e enquadrados frente a políticas próprias de articulação e legitimação

de um presente particular que, como vimos, parece ser uma preocupação evidente de certas empresas. Analisar os “usos” deste passado pela imprensa em relação a uma preocupação intrinsecamente relacionada à verdade que estas pretendem legitimar sobre o (seu) passado. O que, para estas empresas, é considerado digno de ser lembrado e como elas relacionam estas questões à memória do acontecimento? ²²

A proposta será perceber como estes acontecimentos, cruciais para a consolidação de uma memória coletiva de nosso passado, irão repercutir nas páginas da grande imprensa e, mais, como eles serão pensados em um processo que caminhe à construção de uma identidade própria de legitimação dos discursos da imprensa frente àqueles anos. As comemorações do acontecimento estarão condicionadas a um enquadramento particular, visando objetivos particulares? Qual “verdade” será posta em evidência e como ela será articulada, em um discurso que buscará se utilizar do passado para legitimar práticas discursivas do presente? Entender essas práticas e apropriações seletivas do passado nas narrativas midiáticas é entender de que forma as mídias auxiliam ou às vezes acabam por conflitar ainda mais a interpretação dos acontecimentos cotidianos.

Referências

AARÃO REIS, Daniel. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIAS, André Bonsanto. *O presente da memória: uso do passado e as (re)construções de identidade da Folha de São paulo, entre o ‘golpe de 1964’ e a ‘ditabranda’*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília (Orgs.) et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MORAES, Nilson Alves de. Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005 .

MOTTA, Marly. Apresentação. In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SILVA, Juremir Machado da. *1964: Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2002.

²² Reflexões que pretendem ser respondidas pelo autor em sua tese de doutorado a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF.